

# SUMÁRIO

<b>ADI Nº 4.481/PR: ICMS – GUERRA FISCAL E MODULAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<i>Renata da Silveira Bilhim</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	19
2. APRESENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA .....	20
3. A GUERRA FISCAL NO ICMS E A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DAS DECISÕES DO STF SOBRE ESSE TEMA .....	21
3.1. A guerra fiscal no ICMS.....	21
3.2. A modulação de efeitos das decisões do STF que reconhecem a inconstitucionalidade das leis estaduais concessivas de vantagens sem lastro em convênio .....	30
4. DESCRIÇÃO DO JULGADO.....	34
5. ANÁLISE CRÍTICA DO JULGADO.....	41
6. CONCLUSÃO .....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	46
<b>A ADPF Nº 347: ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>47</b>
<i>Fernanda Borges Theodoro</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	47
2. ELEMENTOS DO PROCESSO E DESCRIÇÃO DO JULGADO .....	49
3. CONCEITOS E TEORIAS ENVOLVIDOS NO PROCESSO.....	53
3.1. Controle de constitucionalidade por omissão e a efetivação de direitos fundamentais previstos na Constituição.....	53
3.2. Entendendo o Estado de Coisas Inconstitucional.....	56
3.3. Judicialização das políticas públicas e atual cenário brasileiro .....	59
4. CRÍTICAS AO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E REPERCUSSÃO DO JULGADO .....	61

5. CONCLUSÃO .....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66
<b>O RE N° 723.651: O IPI E A IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS POR PESSOA FÍSICA .....</b>	<b>69</b>
<i>Diana Rodrigues Prado de Castro</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	69
2. APRESENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: A (NÃO) INCIDÊNCIA DO IPI NAS IMPORTAÇÕES DE VEÍCULOS REALIZADAS POR PESSOA FÍSICA .....	70
3. DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS E TEORIAS ENVOLVIDOS ..	73
4. DESCRIÇÃO DO JULGADO .....	74
4.1. Voto do Ministro Relator Marco Aurélio Mello.....	74
4.2. Voto do Ministro Luís Roberto Barroso .....	75
4.3. Demais votos .....	84
4.4. Voto vencedor e efeitos da decisão .....	85
5. ANÁLISE CRÍTICA .....	85
5.1. O IPI e a não-cumulatividade (é obrigatória?) .....	85
4.2. Modulação de efeitos e segurança jurídica .....	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	92
<b>O RE N° 632.265: REGIME DE RECOLHIMENTO DO ICMS POR ESTIMATIVA INSTITUÍDO VIA DECRETO .....</b>	<b>95</b>
<i>Gustavo Carvalho Gomes Schwartz</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	95
2. APRESENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA.....	97
3. ANÁLISE DESCRITIVA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ACÓRDÃO RECORRIDO).....	98
4. ANÁLISE DESCRITIVA DOS ARGUMENTOS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DAS CONTRARRAZÕES.....	99
4.1 Razões do Recurso Extraordinário .....	99

4.1.1. Violação aos Princípios da Separação de Poderes e da Legalidade Tributária .....	99
4.1.2. Violação ao Princípio da Moralidade Administrativa .....	101
4.1.3. Violação ao Princípio da Isonomia Tributária .....	101
4.2. Argumentos das Contrarrazões ao Recurso Extraordinário.....	102
5. RECONSTRUÇÃO ANALÍTICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 632.265/RJ.....	102
6. ANÁLISE CRÍTICA DO JULGADO.....	107
6.1. Avaliação crítica das razões do julgado frente a outros precedentes do STF.....	109
6.2. Avaliação crítica das razões do julgado em relação a correntes doutrinárias.....	113
7. CONCLUSÃO .....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	119
<b>RE Nº 673.707: O HABEAS DATA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>121</b>
<i>Daniel Lannes Poubel</i>	
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>121</b>
<b>2. OS MECANISMOS DE PROMOÇÃO E DE TUTELA DO DIREITO À INFORMAÇÃO NA SEARA FISCAL E TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>122</b>
2.1. O <i>habeas data</i> .....	122
2.2. Divulgação de dados na internet. O portal Transparência Pública e o e-CAC da Receita Federal.....	123
2.3. A Lei de Acesso à Informação .....	125
<b>3. APRESENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA E DOS ELEMENTOS DO PROCESSO.....</b>	<b>125</b>
<b>4. DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS E TEORIAS ENVOLVIDOS.</b>	<b>128</b>
<b>5. DESCRIÇÃO DO JULGADO.....</b>	<b>135</b>
<b>6. ANÁLISE CRÍTICA .....</b>	<b>138</b>
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>141</b>

**RE Nº 602.347: O IPTU PROGRESSIVO E MUDANÇA JURISPRUDENCIAL. 143***André Luiz Batalha Alcântara*

1. INTRODUÇÃO .....	143
2. CONTROVÉRSIA JURÍDICA.....	146
3. CONCEITOS E TEORIAS ENVOLVIDAS .....	151
4. DESCRIÇÃO DO JULGADO.....	155
5. ANÁLISE CRÍTICA .....	159
6. CONCLUSÃO .....	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	162

**ADI Nº 5.480: TAXA DE FISCALIZAÇÃO DA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO 163***Donovan Mazza Lessa*

1. INTRODUÇÃO .....	163
2. O CASO CONCRETO: ADI 5480.....	164
3. AS TAXAS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	165
3.1. A taxa como tributo vinculado à atuação estatal e sua hipótese de incidência constitucionalmente delineada. ....	165
3.2. A base de cálculo das taxas. ....	167
3.3. Critérios de mensuração da taxa. ....	172
4. A TAXA DE CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, LAVRA, EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (TFPG) .....	181
4.1. A natureza jurídica da TFPG: imposto travestido de taxa. ....	182
4.2. Da desproporcionalidade e confiscatoriedade da TFPG .....	184
4.3. Das atividades de polícia prevista na lei e da competência para seu exercício .....	186
4.3.1. Da impossibilidade de considerar parte das atividades indicadas no art. 2º da Lei nº 7.182/15 como espécie de poder de polícia.....	186
4.3.2. Da competência prevista no art. 23, XI, da CF/88: diante da ausência de lei complementar, cabe à União Federal executar as atividades ali indicadas.....	187

4.3.3. Da competência ambiental para fiscalizar as atividades realizadas no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva.....	190
5. CONCLUSÃO .....	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	192
<b>SÚMULA VINCULANTE Nº 48 E RE Nº 193.817: O FATO GERADOR DO ICMS-IMPORTAÇÃO .....</b>	<b>195</b>
<i>Carlos Henrique de Seixas Pantarolli</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	195
2. APRESENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA E DOS ELEMENTOS DO PROCESSO.....	196
2.1. A Súmula Vinculante nº 48.....	196
2.2 O Recurso Extraordinário nº 193.817/RJ .....	197
3. A INTERPRETAÇÃO DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.	200
4. DESCRIÇÃO DO JULGADO.....	204
4.1 Votos pelo provimento do recurso .....	204
4.2 Votos pelo desprovimento do recurso.....	208
5. ANÁLISE CRÍTICA .....	212
6. CONCLUSÃO .....	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	220
<b>RE Nº 188.083 E RE Nº 201.512: IRPJ E A CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>223</b>
<i>Julio Cesar Vieira Gomes</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	223
2. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 188.083.....	225
2.1. A controvérsia.....	225
2.2. Conceitos e teorias examinados pelo STF .....	227
2.3. Os fundamentos adotados nos votos dos ministros do STF .....	228
2.3.1. Ministro Marco Aurélio (relator).....	228
2.3.2. Ministro Luiz Fux.....	229

2.3.3. Ministro Edson Fachin.....	229
2.3.4. Ministro Luís Roberto Barroso .....	229
2.3.5. Ministra Rosa Weber .....	230
3. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 201.512.....	230
3.1. A controvérsia.....	230
3.2. Conceitos e teorias examinados pelo STF .....	231
3.3. Os fundamentos adotados nos votos dos ministros do STF .....	231
3.3.1. Ministro Marco Aurélio (relator, vencido) .....	231
3.3.2. Ministro Eros Grau.....	232
3.3.3. Ministro Joaquim Barbosa.....	233
4. ANÁLISE CRÍTICA .....	233
5. CONCLUSÃO .....	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	240
<b>SÚMULA VINCULANTE Nº 52: A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO ART. 150, VI, “C”, DA CF/88, E O IPTU .....</b>	<b>243</b>
<i>Carlos Alberto Cerqueira dos Santos</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	243
2. APRESENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA E DOS ELEMENTOS DO PROCESSO .....	244
2.1. Controvertido enquanto súmula vinculante. ....	244
2.2. Controvertido enquanto imunidade. ....	247
3. DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS E TEORIAS ENVOLVIDOS .	248
4. ANÁLISE CRÍTICA .....	254
4.1. As decisões monocráticas vinculantes. ....	254
4.2. Reduccionismo no debate sobre o contexto jurídico da imunidade..	256
4.3. Intepretação a partir do texto. ....	263
5. CONCLUSÕES.....	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	268

**RE Nº 183.130, RE Nº 592.396: IMPOSTO DE RENDA, SEGURANÇA JURÍDICA E SÚMULA Nº 584 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 271**

*Érico Teixeira Vinhosa Pinto*

1. INTRODUÇÃO .....	271
2. APRESENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: O ENUNCIADO DA SÚMULA 584 DO STF.....	272
3. DESCRIÇÃO DOS JULGADOS .....	274
3.1. A Lei n.º 7.988/1989.....	274
3.2. O RE 183.130/PR .....	275
3.2.1. Breve relato processual.....	275
3.2.2. O voto proferido pelo relator – Ministro Carlos Velloso.....	276
3.2.3. A divergência inaugurada pelo Ministro Nelson Jobim .....	277
3.2.4. Os demais votos proferidos no RE 183.130/PR .....	279
3.2.5. O Recurso Extraordinário n.º 592.396 – uma nova oportunidade? .....	280
4. ANÁLISE CRÍTICA .....	282
5. CONCLUSÃO .....	294
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	295

**ADI Nº 4.171: SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS NOS BIOCOMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO ..... 297**

*Rodrigo Pomar*

1. INTRODUÇÃO .....	297
2. APRESENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA.....	297
3. DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS E TEORIAS ENVOLVIDAS..	299
3.1. A Substituição Tributária .....	299
3.2. O Convênio 110/2007.....	304
3.3. Modulação dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal ...	306
4. DESCRIÇÃO DO JULGADO.....	307
5. ANÁLISE CRÍTICA .....	318
6. CONCLUSÃO .....	321
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	321

<b>ARE Nº 914.045: SANÇÕES POLÍTICAS E MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS CONTRIBUINTES .....</b>	<b>323</b>
<i>Julio Cesar Santiago</i>	
1. INTRODUÇÃO .....	323
2. OS ARGUMENTOS POSTOS EM DEBATE NO ARE Nº 914.045.....	324
3. OS PRECEDENTES DAS SÚMULAS DO STF SOBRE SANÇÃO POLÍTICA .....	329
4. OS PARÂMETROS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA SANÇÃO POLÍTICA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF .....	332
5. CONCLUSÃO .....	338
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	339